

Índice da ata da reunião de 30 de agosto de 2011

1 -PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....	3
II- ORDEM DO DIA	3
III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	5
2.1-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 22/07/2011;.....	6
2.2-TRANSPORTES ESCOLARES= PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ- ESCOLAR.....	6
2.3-PROCEDIMENTO Nº 8/2011= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA À CÂMARA MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO- AJUSTE DIRETO./ NOMEAÇÃO DA FIRMA MARTINS PEREIRA E ASSOCIADOS, SROC, LDª, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011, 2012 E 2013	8
2.4-REDE URBANA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO – REQUALIFICAÇÃO, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 (nº 1) DE SANTA COMBA DÃO EM POLO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL = CONCURSO PÚBLICO – RELATÓRIO FINAL = ADJUDICAÇÃO;.....	8
2.5-IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS PARA VIGORAREM NO ANO 2012;.....	9
2.6-LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO	11
2.7-LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS = FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) A APLICAR NO ANO DE 2012;.....	11
2.8- REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES DO LOTEAMENTO DO CASAL – PROPOSTA.....	12
2.9- REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES DO LOTEAMENTO DAS PEDRAS NEGRAS – PROPOSTA	13
2.10- PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A EMPRESA TRANSDEV, TENDO EM VISTA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS E ESCOLARES.....	14
2.11- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA E ARTES DO DÃO	14
2.12- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DA ATIVIDADE FÍSICA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO	15
2.13-PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;.....	16
2.14- PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GRUPO DESPORTIVO SANTACOMBADENSE E A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DAO	16
2.15- PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA “O PINGUINZINHO” E A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DAO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;	18

2.16- PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO MUNICIPAL – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A EMPRESA COMBANIMA CONCEDER PROLONGAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO GINÁSIO À ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO.....	20
2.17- REGULAMENTO DE TRÂNSITO – ADITAMENTO AO APÊNDICE PARQUES E ZONAS DE ESTACIONAMENTO/NOMEAÇÃO DO ASSISTENTE OPERACIONAL ANTONIO MANUEL FONSECA DE ALMEIDA, COMO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	21
2.18-PROCESSO DE OBRAS Nº 22/2011 = PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.REQUERENTE: SERGUVESTÉ-INDUSTRIA PORTUGUESA DE VESTUÁRIO, LDA.	22
2.19-PROCESSO DE OBRAS Nº 79/2009 = PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. REQUERENTE: CENTRO SOCIAL DE VILA POUCA	22
2.20- TARIFA DE SANEAMENTO E TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS = PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO. REQUERENTE: JOSÉ CARLOS PAIXÃO SIMÕES	22
2.21- SERVIÇO DE DESPEJO DE FOSSA - O MILÉNIO – PADARIA, PASTELARIA, LDª E ISABEL CRISTINA VALENTE FERNANDES= ANULAÇÃO DE DIVIDAS	23
2.22- MERCADO MUNICIPAL – JÚLIA MARIA CUNHA ESTEVES SOUSA E SILVA = ANULAÇÃO DE DIVIDA.....	23
2.23- SERVIÇO DE TAXAS E LICENÇAS – ISENÇÃO DE TAXAS(licenças = RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE RESPEITANTES AOS PEDIDOS DE: CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA POVOA DOS MOSQUEIROS = 27/07/2011; FÁBRICA DA IGREJA DE SÃO JOÃO DE AREIAS = 29/07/2011;FÁBRICA DA IGREJA DO VIMIEIRO = 9/08/2011; FÁBRICA DA IGREJA DE TREIXEDO = 11/08/2011; FABRICA DA IGREJA DE SÃO JOANINHO = 11/08/2011 E RANCHO FOLCLÓRICO ETNOGRÁFICO DE SÃO JOANINHO = 16/08/2011;	24
2.24-PEDIDO DE TRANSMISSÃO DE LUGAR NA FEIRA DE SANTA COMBA DÃO, DE MARIA CLARA MARTINS MORGADO PARA VIRGILIO CRISTINA DE MELO	24
2.25- CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA RUA DR. LUIS ALBANO, EM SANTA COMBA DÃO, REQ: JOAQUIM FERREIRA LOURENÇO;	24
2.26- CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 54º DA LEI Nº 51/95, DE 2 DE SETEMBRO, COM A ALTERAÇÃO QUE LHE FOI PRODUZIDA PELA LEI Nº 64/2003, DE 23 DE GOSTO. REQUERENTE: NELSON NUNES PEREIRA	26
2.27- LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES/CONHECIMENTO	26
2.28 - FINANÇAS MUNICIPAIS	27
2.29- PAGAMENTOS	27
.....	28
2.31-MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO 2011- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S"	28
2.32-“PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS/ALTERAÇÃO”.....	28
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	29

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE
AGOSTO DE DOIS MIL E ONZE:**

Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e onze, nesta cidade de Santa Comba Dão, edifício dos Paços do Concelho e no Salão Nobre, realizou-se pelas 15,00 horas, a única reunião pública mensal, sob a Presidência do Senhor Presidente, Engenheiro João António de Sousa Pais Lourenço, contando com a participação dos Vereadores Senhores: Dr. Leonel José Antunes Gouveia, Dr. Antonio José Brito Correia , Dra. Maria Manuela Dias Alves, Dr^a Carla Isabel Silva Cunha e Dr. Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 -PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

II- ORDEM DO DIA

- 2.1- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 22/07/2011;
- 2.2- TRANSPORTES ESCOLARES= PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ- ESCOLAR;
- 2.3- PROCEDIMENTO Nº 8/2011= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA À CÂMARA MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO- AJUSTE DIRETO./ NOMEAÇÃO DA FIRMA MARTINS PEREIRA E ASSOCIADOS, SROC, LD^a, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011, 2012 E 2013;
- 2.4- REDE URBANA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO – REQUALIFICAÇÃO, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 (nº 1) DE SANTA COMBA DÃO EM POLO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL = CONCURSO PÚBLICO – RELATÓRIO FINAL = ADJUDICAÇÃO;
- 2.5- IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS PARA VIGORAREM NO ANO 2012;
- 2.6- LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO;

- 2.7- LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS = FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) A APLICAR NO ANO DE 2012;
- 2.8- REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES DO LOTEAMENTO DO CASAL – PROPOSTA = APRECIACÃO EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.9- REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES DO LOTEAMENTO DAS PEDRAS NEGRAS – PROPOSTA = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.10- PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A EMPRESA TRANSDEV, TENDO EM VISTA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS E ESCOLARES = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.11- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA E ARTES DO DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.12- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DA ATIVIDADE FÍSICA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.13- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLES ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.14- PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GRUPO DESPORTIVO SANTACOMBADENSE E A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DAO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.15- PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA “O PINGUINZINHO” E A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DAO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.16- PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO MUNICIPAL – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A EMPRESA COMBANIMA CONCEDER PROLONGAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO GINÁSIO À ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.17- REGULAMENTO DE TRÂNSITO – ADITAMENTO AO APÊNDICE PARQUES E ZONAS DE ESTACIONAMENTO/NOMEAÇÃO DO ASSISTENTE OPERACIONAL ANTONIO MANUEL FONSECA DE ALMEIDA, COMO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.18- PROCESSO DE OBRAS Nº 22/2011 = PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. REQUERENTE: SERGUVESTE-INDUSTRIA PORTUGUESA DE VESTUÁRIO, LDA.;
- 2.19- PROCESSO DE OBRAS Nº 79/2009 = PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. REQUERENTE: CENTRO SOCIAL DE VILA POUCA;

- 2.20- TARIFA DE SANEAMENTO E TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS = PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO. REQUERENTE: JOSÉ CARLOS PAIXÃO SIMÕES;
- 2.21- SERVIÇO DE DESPEJO DE FOSSA - O MILÊNIO – PADARIA, PASTELARIA, LDª E ISABEL CRISTINA VALENTE FERNANDES= ANULAÇÃO DE DIVIDAS;
- 2.22- MERCADO MUNICIPAL – JÚLIA MARIA CUNHA ESTEVES SOUSA E SILVA = ANULAÇÃO DE DÍVIDA;
- 2.23- SERVIÇO DE TAXAS E LICENÇAS – ISENÇÃO DE TAXAS = RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE RESPEITANTES AOS PEDIDOS DE: CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA POVOA DOS MOSQUEIROS = 27/07/2011; FÁBRICA DA IGREJA DE SÃO JOÃO DE AREIAS = 29/07/2011; FÁBRICA DA IGREJA DO VIMIEIRO = 9/08/2011; FÁBRICA DA IGREJA DE TREIXEDO = 11/08/2011; FABRICA DA IGREJA DE SÃO JOANINHO = 11/08/2011 E RANCHO FOLCLÓRICO ETNOGRÁFICO DE SÃO JOANINHO = 16/08/2011;
- 2.24- PEDIDO DE TRANSMISSÃO DE LUGAR NA FEIRA DE SANTA COMBA DÃO, DE MARIA CLARA MARTINS MORGADO PARA VIRGILIO CRISTINA DE MELO;
- 2.25- CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA RUA DR. LUIS ALBANO, EM SANTA COMBA DÃO, REQ: JOAQUIM FERREIRA LOURENÇO;
- 2.26- CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 54º DA LEI Nº 51/95, DE 2 DE SETEMBRO, COM A ALTERAÇÃO QUE LHE FOI PRODUZIDA PELA LEI Nº 64/2003, DE 23 DE GOSTO. REQUERENTE: NELSON NUNES PEREIRA;
- 2.27- LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES/CONHECIMENTO
- 2.28- FINANÇAS MUNICIPAIS/CONHECIMENTO
- 2.29- PAGAMENTOS/CONHECIMENTO

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Secretariou a reunião a Técnica Superior, Alcídia Maria Prata de Oliveira Silva. Eram 15,00 horas, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião e justificada a falta do Senhor Vereador Engº Mário Marques da Silva. Antes de passar ao Período de Antes da Ordem do Dia, começou por saudar o público presente e agradecer a presença do mesmo. De seguida, solicitou aos colegas da vereação, com a devida fundamentação, que, nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, fossem aditados à ordem de trabalho os pontos subordinados aos temas: “ **VOTO DE PESAR**” “ **MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011-2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP’S**” e “**PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS/ALTERAÇÃO**” os quais mereceram a sua inclusão por unanimidade. Passando ao

Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente começou por informar que estará ausente entre os dias 10 e 17 de setembro, em representação da ADICES, no âmbito de uma visita integrada no IV Encontro – Cooperação e Desenvolvimento Rural, a ter lugar em Cabo Verde. De seguida usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Leonel Gouveia para se referir à notícia inserta no Jornal de Notícias sobre as 24 câmaras à beira da rutura financeira, entre as quais se inclui a de Santa Comba Dão., tendo o senhor Presidente explicado as razões que o levam a contrariar a notícia, considerando abusivo o termo falência. Posto isto e respondendo à questão formulada pela Senhora Veredora Dr^a Maria Manuela Alves, o senhor Presidente disse que, em finais de setembro princípios de outubro, teriam uma reunião prévia para preparação do Orçamento. Por último, usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para comunicar que a Escola Profissional, a partir do próximo dia 01 de setembro , terá nova direção pedagógica, sendo o seu diretor o Sr. Dr. António Venâncio. Mais disse que, oportunamente, fará presente um relatório detalhado das atividades da Escola. Não havendo mais intervenções passou-se ao Período da Ordem do Dia tendo sido tomadas as seguintes deliberações. -----

2.1-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 22/07/2011;

Dispensada a leitura por ser previamente distribuída a todos os membros do Executivo, o Senhor Presidente pôs a votação a ata da reunião anterior, em cumprimento do prescrito no número 2 do artigo 92º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

2.2-TRANSPORTES ESCOLARES= PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO PRÉ- ESCOLAR

O Senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que deu conta da situação respeitante aos transportes escolares no que concerne à comparticipação dos mesmos por parte da administração central., a qual não contempla o ensino pré-escolar. Referiu, ainda, que não foi efetuada a transferência respeitante ao 1º ciclo, conforme o estabelecido com a

ANMP. Posto isto, o Senhor Presidente e tendo em conta os seguintes considerandos: **1-** A elevada quantidade de atribuições e competências, transferidas da Administração Central para as Autarquias Locais, particularmente em matéria de Educação.**2-** Que as competências da Câmara Municipal, no âmbito dos serviços de transporte escolar, se cingem à organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes a todos os alunos que frequentam o ensino primário, preparatório TV, preparatório direto e secundário, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico. **3-** Que a Lei que rege os transportes escolares não contempla os alunos do pré-escolar.**4-** A situação de crise económica e social que estamos a viver. **5-** A necessidade de encontrar soluções cada vez mais ajustadas, social e economicamente às realidades locais, **propôs** que o Executivo deliberasse, de acordo com a alínea j) do nº 1 do artº 64º da Lei nº 169/99, de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, estabelecer o preço mensal de cinco euros a pagar pelos encarregados de educação, dos alunos do ensino pré-escolar, a fim de comparticiparem o pagamento do transporte escolar utilizado pelos seus educandos, entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, tendo em conta que, nos termos do nº 1 do art.º 2º do Decreto-Lei nº 299/84 de 5 de setembro, a Câmara Municipal não tem qualquer obrigação na oferta de serviço de transporte aos alunos deste nível de ensino. **Mais propôs** o senhor Presidente que ficassem isentos do pagamento deste valor aqueles, que comprovem elevado nível de carência económica, através dos serviços de Ação Social. Finda a explanação do Senhor Presidente, tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia para, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, apresentar uma declaração que espelha os considerandos da sua abstenção e que consta como anexo um da presente ata, tendo, no ato o Senhor Vice Presidente esclarecido as dúvidas suscitadas e nela apresentadas. Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 4 votos a favor (3 do PPD/PSD e um da Srª Vereadora Drª Maria Manuela Alves) e duas abstenções do PS.

2.3-PROCEDIMENTO Nº 8/2011= AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA À CÂMARA MUNICIPAL, NO ÂMBITO DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO-AJUSTE DIRETO./ NOMEAÇÃO DA FIRMA MARTINS PEREIRA E ASSOCIADOS, SROC, LDª, PARA OS EXERCÍCIOS DE 2011, 2012 E 2013

O Senhor Presidente reportou-se ao procedimento em título, justificando a razão do ajuste direto e propôs que a Firma Martins Pereira e Associados, SROC, Ldª, fosse nomeada, como auditor externo para os exercícios de 2011, 2012 e 2013. Apreciada que foi a explanação do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, conforme preceitua o nº 2 do artº 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, a nomeação de Martins Pereira & Associados, SROC, Ldª, como auditor externo às contas do Município para os exercícios de 2011, 2012 e 2013. Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e com preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, para produzir efeitos imediatos

2.4-REDE URBANA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO – REQUALIFICAÇÃO, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 (nº 1) DE SANTA COMBA DÃO EM POLO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL = CONCURSO PÚBLICO – RELATÓRIO FINAL = ADJUDICAÇÃO;

Foi presente o Relatório Final, emitido em 23 de agosto de 2011, pelo Júri do Procedimento do Concurso Público referenciado em título, nomeado para o efeito em reunião de 20 de maio de 2011, donde se infere que após ter sido elaborado o relatório preliminar se procedeu, de acordo com o artigo 147º e nos termos do artº 123º, ambos do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, à audiência prévia dos concorrentes, e não tendo havido qualquer pronúncia por parte daqueles, o Júri deliberou, por unanimidade, manter o teor das conclusões do relatório preliminar, agora também presente. Para efeitos de adjudicação e em cumprimento do critério constante do caderno de encargos, foram ordenadas as propostas do seguinte modo: -1º. Vilda- Construção Civil, SA. = € 481 352,71; 2º- Soares & Carvalho – Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, Ldª= € 498 955.01; 3º Construtora Santovaiense- Construção Civil e Obras Públicas, Ldª= € 499 841.03; 4º- Consipel – Construções Simões Pereira, Ldª =€ 512 334,43 ; Argoconstrutora- Construção Civil, Ldª = 529 999,90; 6º-Fonseca & Fonseca, Ldª= € 545 148,07; 7º Conímbriga- Empresa

de Construções, Lda = € 547 491,90 ; 8º- Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda = € 548 857,31; 9º- Congevia- Construções, Lda = € 562 143,68; 10º- José da Costa & Filhos, Lda = € 585 722,03; 11º- Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Lda = € 598 939,20. Após terem sido tecidos vários comentários sobre a matéria, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do nº 4 do artº 148º do já citado Decreto - Lei nº 18/2008, e tendo por base o Relatório Final emitido pelo Júri do Procedimento, adjudicar à Empresa Vilda- Construção Civil, SA. pelo valor de € 481 352,71 (quatrocentos e oitenta e um mil trezentos e cinquenta e dois euros e setenta e um cêntimos). Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, foi aprovada em minuta nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

2.5-IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) = FIXAÇÃO DE TAXAS PARA VIGORAREM NO ANO 2012;

Pelo Senhor Presidente foi proposto ao restante elenco camarário, relativamente às taxas previstas nas alíneas b) e c) do artº 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, que se mantivesse a proposta do ano anterior e que o imposto municipal sobre imóveis seja fixado em 0,7% para os prédios urbanos e em 0,4% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, tendo em conta os seguintes considerandos: 1º O Plano de Saneamento Financeiro (PSF) em curso; 2º -A forte contração da recolha do Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT), como consequência da crise do setor imobiliário 3º- A necessidade de manter um nível de arrecadação de receitas compatível com as previsões do PSF. Propôs, ainda, o Senhor Presidente, a manutenção dos agravamentos e diminuições aprovadas em reunião de Câmara de 20 de novembro de 2009, nas condições previstas na respetiva deliberação. No decurso da análise, o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia pediu a palavra para manifestar, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, a sua não concordância no que diz respeito à manutenção das taxas de 0.7% para os prédios urbanos e em 0,4% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, que deveriam evidenciar uma tendência de redução, aumentando a competitividade do Concelho face aos concelhos vizinhos, apresentando uma declaração que espelha os considerandos da sua abstenção e que consta como anexo dois da presente ata. Mais disse que concorda com

os agravamentos e diminuições propostos na citada reunião de 20 de novembro de 2009. Face ao que antecede, a Câmara Municipal tomou as seguintes deliberações: 1- Votou, por maioria, com quatro votos a favor (três do PPD/PSD e um da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves) e duas abstenções do PS, a taxa urbana, a que se refere a alínea b) do nº 1, do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, no valor de 0,7% ; 2º - Votou, por maioria, com quatro votos a favor (três do PPD/PSD e um da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves), e duas abstenções do PS, a taxa para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, em 0,4%, a que se refere a alínea c) do número e artigo sob análise; 3º- Votou, por unanimidade, a manutenção da proposta aprovada em reunião de 20 de novembro de 2009, ao abrigo dos nºs 5,6, 7 e 8, com o significado dado pelo nº 9 e as exceções previstas no nº 10 do já citado artº 112º, com as alterações entretanto introduzidas, para ser remetida à Assembleia Municipal, para aprovação e que de novo se transcreve: “1- O agravamento em 30% da Taxa do IMI para os prédios urbanos degradados. 2-Que, conjuntamente seja enviado à Repartição de Finanças de Santa Comba Dão, a listagem dos prédios nessas condições. 3- A diminuição em 10% da taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos arrendados, existentes nas zonas que coincidem com as áreas sujeitas a reabilitação. 4- A diminuição em 20% das Taxas do IMI dos prédios que sejam objeto de reabilitação. 5- Que, conjuntamente, seja enviado à Repartição de Finanças de Santa Comba Dão, a delimitação das áreas abrangidas pelas medidas propostas nos pontos 3 e 4 ; 4 º- Deliberou, por unanimidade, apresentar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, as propostas em apreço, para que esta e nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º também da citada Lei 169/99, fixe o valor das respetivas taxas, a aplicar em 2011 e para vigorarem no ano de 2012 . Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

2.6-LANÇAMENTO DE DERRAMA, AO ABRIGO DO ARTIGO 14º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO

Pelo Senhor Presidente foi proposto ao restante elenco camarário que, relativamente ao lançamento de derrama, se mantivesse a proposta do ano anterior, tendo em conta os seguintes considerandos: 1º O Plano de Saneamento Financeiro (PSF) em curso; 2º -A forte contração da recolha do Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (IMT), como consequência da crise do setor imobiliário; 3º- A necessidade de manter um nível de arrecadação de receitas compatível com as previsões do PSF. Finda a explanação do Senhor Presidente, tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia para manifestar, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, a sua discordância com a proposta apresentada, pois esta deveria evidenciar uma tendência de redução, aumentando a competitividade do Concelho face aos concelhos vizinhos, apresentando uma declaração que espelha os considerandos da sua abstenção e que consta como anexo dois da presente ata. Face ao que antecede Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor (três do PPD/PSD e um da Senhora Vereadora Drª Manuela Alves) e duas abstenções dos Vereadores do PS, proceder, nos termos do nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, ao lançamento, em 2011, de uma derrama no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), com vista a reforçar a capacidade financeira do Município. Mais deliberou a Câmara Municipal, agora, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a necessária autorização, conforme preceitua a alínea f) do nº 2 do artigo 53º da já citada Lei nº 169/99, de 18 de setembro. Por último e para esta deliberação se torne, desde já, eficaz deliberou ainda a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

2.7-LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS = FIXAÇÃO DO PERCENTUAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) A APLICAR NO ANO DE 2012;

A Câmara Municipal, com base no artigo 106º da Lei nº 5-A /2004, de 10 de fevereiro -Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea b) do nº 2 do citado artigo 106º, estabelecer para o ano de 2011 e a aplicar em 2012, o percentual da TMDP em 0,25%, solicitando à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99 , de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, que fixe o respetivo percentual, conforme preceitua a alínea e) do nº 2 do artigo 53º da já citada Lei nº 169/99, de 18 de setembro. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz deliberou ainda a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, nos termos e conforme o disposto no nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.-----

2.8- REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES DO LOTEAMENTO DO CASAL – PROPOSTA

Pelo Senhor Presidente foi proposta a venda em hasta pública do Loteamento do Casal constituído por dois lotes para habitação multifamiliar e comércio, com área total de 2.696,60 m2, pelo preço total de 400.000 euros, de acordo com o regulamento que fez presente e previamente distribuído, em virtude da necessidade de alienar património imobiliário do Município, com o objetivo de equilibrar as receitas com as despesas, conforme o considerado no orçamento para o ano de 2011 e contemplado no plano de saneamento financeiro reformulado. Mais propôs o senhor Presidente que a hasta pública tenha lugar logo que estejam reunidas as condições legais para o efeito, ou seja, que estejam atribuídas as matrizes urbanas dos lotes e seja feita a respetiva inscrição na conservatória do registo predial. No decurso da análise tomou a palavra o Senhor Vereador Dr. Leonel Gouveia para dizer que se iriam abster por consideram péssima a altura para vender património. Apreciada que foi a explanação do Senhor Presidente, bem como o regulamento da hasta pública, o qual aqui se dá por reproduzido na íntegra, ficando assinado por todos os membros e arquivado em lugar próprio na Secretaria, a Câmara Municipal deliberou, por

maioria, com 4 votos a favor (3 do PPD/PSD e um da Vereadora Drª Maria Manuela Alves), e duas abstenções do PS, aprovar o aludido regulamento e submetê-lo à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, para os efeitos prescritos na alínea i) do nº 2 do artigo 53º do diploma sob análise. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, deliberou, ainda, a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

2.9- REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DOS LOTES DO LOTEAMENTO DAS PEDRAS NEGRAS – PROPOSTA

Pelo Senhor Presidente foi proposta a venda em hasta pública do Loteamento das Pedras Negras, constituído por 14 lotes para moradias e anexo, pelo preço global de 298.400 euros, de acordo com o regulamento que fez presente e previamente distribuído, em virtude da necessidade de alienar património imobiliário do Município, com o objetivo de equilibrar as receitas com as despesas, conforme o considerado no orçamento para o ano de 2011 e contemplado no plano de saneamento financeiro reformulado. Mais propôs o senhor Presidente que a hasta pública tenha lugar logo que estejam reunidas as condições legais para o efeito, ou seja, que estejam atribuídas as matrizes urbanas dos lotes e seja feita a respetiva inscrição na conservatória do registo predial. No decurso da análise tomou a palavra o Senhor Vereador Dr. Leonel Gouveia para dizer que se iriam abster por considerarem péssima a altura para vender património. Apreciada que foi a explanação do Senhor Presidente, bem como o regulamento da hasta pública, o qual aqui se dá por reproduzido na íntegra, ficando assinado por todos os membros e arquivado em lugar próprio na Secretaria, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor (3 do PPD/PSD e um da Vereadora Drª Maria Manuela Alves), e duas abstenções do PS, aprovar o aludido regulamento e submetê-lo à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, para os efeitos prescritos na alínea i) do nº 2 do artigo 53º do diploma sob análise. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz,

deliberou, ainda, a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à sua aprovação em minuta, nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro.

2.10- PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A EMPRESA TRANSDEV, TENDO EM VISTA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTES PÚBLICOS E ESCOLARES

O Senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que fez uma sucinta apresentação do teor do protocolo sob análise, concluindo que o mesmo era similar ao do ano transato. Apreciada que foi a referida minuta e que aqui se dá por reproduzida na íntegra, ficando arquivada em lugar próprio, depois de assinada por todos os presentes, a Câmara Municipal deu-lhe a sua unânime aprovação.

2.11- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA E ARTES DO DÃO

O Senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que fez presente a minuta do protocolo a celebrar com o Conservatório de Música e Artes do Dão, com vista à prossecução do ensino da música nos Centros Educativos Norte, Centro e Sul , colocando-a à apreciação e eventual aprovação por parte do Executivo. Finda a explanação do Senhor Vice- Presidente, tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia para , em nome dos Vereadores do Partido Socialista, apresentar uma declaração que espelha os considerandos do seu voto contra e que consta como anexo três da presente ata. Nesta senda, tomou a palavra o Senhor Presidente para referir que esta entidade foi escolhida por não ter fins lucrativos, além, como é obvio, dos motivos invocados pelo Senhor Vice- Presidente. Mais disse, contrapondo o considerando dos Vereadores do Partido Socialista, quanto à ilegalidade deste instrumento, que as Inspeções que passaram por este Município, quer da Inspeção Geral das Autarquias Locais quer da Inspeção Geral de Finanças, não levantaram qualquer problema por se ter recorrido ao uso do protocolo, dado tratarem-se de entidades sem fins lucrativos. Finda a discussão e colocada a votação, foi a referida minuta de

protocolo, que aqui se dá por reproduzida na íntegra, ficando arquivada em lugar próprio, depois de assinada por todos os presentes, aprovada, por maioria, com quatro votos a favor (três do PPD/PSD e um da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves), e dois votos contra do PS.

2.12- PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DA ATIVIDADE FÍSICA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO

O Senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que fez presente a minuta do protocolo a celebrar com a Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão, com vista à prossecução do ensino da atividade física nos Centros Educativos Norte, Centro e Sul, colocando-a à apreciação e eventual aprovação por parte do Executivo. Finda a explanação do Senhor Vice- Presidente, tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia para , em nome dos Vereadores do Partido Socialista, apresentar uma declaração que espelha os considerandos do seu voto contra e que consta como anexo quatro da presente ata. Nesta senda, tomou a palavra o Senhor Presidente para referir que esta entidade foi escolhida por não ter fins lucrativos, além, como é obvio, dos motivos invocados pelo Senhor Vice- Presidente. Mais disse, contrapondo o considerando dos Vereadores do Partido Socialista, quanto à ilegalidade deste instrumento, que as Inspeções que passaram por este Município, quer da Inspeção Geral das Autarquias Locais quer da Inspeção Geral de Finanças, não levantaram qualquer problema por se ter recorrido ao uso do protocolo, dado tratarem-se de entidades sem fins lucrativos. Finda a discussão e colocada a votação, foi a referida minuta de protocolo, que aqui se dá por reproduzida na íntegra, ficando arquivada em lugar próprio, depois de assinada por todos os presentes, aprovada, por maioria, com quatro votos a favor (três do PPD/PSD e um da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves), e dois votos contra do PS.

2.13-PROPOSTA DE PROTOCOLO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

O Senhor Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente que fez presente a minuta do protocolo a celebrar com a Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão, com vista à prossecução do ensino de Inglês nos Centros Educativos Norte, Centro e Sul, colocando-a à apreciação e eventual aprovação por parte do Executivo. Finda a explanação do Senhor Vice- Presidente, tomou a palavra o Sr. Vereador Dr. Leonel Gouveia para , em nome dos Vereadores do Partido Socialista, apresentar uma declaração que espelha os considerandos do seu voto contra e que consta como anexo cinco da presente ata. Nesta senda, tomou a palavra o Senhor Presidente para referir que esta entidade foi escolhida por não ter fins lucrativos, além, como é obvio, dos motivos invocados pelo Senhor Vice- Presidente. Mais disse, contrapondo o considerando dos Vereadores do Partido Socialista, quanto à ilegalidade deste instrumento, que as Inspeções que passaram por este Município, quer da Inspeção Geral das Autarquias Locais quer da Inspeção Geral de Finanças, não levantaram qualquer problema por se ter recorrido ao uso do protocolo, dado tratarem-se de entidades sem fins lucrativos. Finda a discussão e colocada a votação, foi a referida minuta de protocolo, que aqui se dá por reproduzida na íntegra, ficando arquivada em lugar próprio, depois de assinada por todos os presentes, aprovada, por maioria, com quatro votos a favor (três do PPD/PSD e um da Senhora Vereadora Dr^a Manuela Alves), e dois votos contra do PS.

2.14- PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GRUPO DESPORTIVO SANTACOMBADENSE E A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DAO

Pelo senhor Presidente foi proposto que fosse estabelecido um protocolo de cooperação entre o Grupo Desportivo Santacombadense e a Câmara Municipal de Santa Comba Dão, que expresse os princípios de apoio financeiro e logístico a assumir pela Autarquia e os deveres do referido Grupo Desportivo , tendo por base os seguintes considerandos: 1- A

promoção do desporto no concelho de Santa Comba Dão, é uma obrigação da autarquia. **2-** O desporto de competição e, em especial, o futebol constitui um veículo privilegiado de promoção de estilos de vida saudáveis, de socialização e convívio, alicerces da construção de uma sociedade melhor e mais solidária. **3-** O Grupo Desportivo Santacombadense é o clube mais representativo do concelho e que ao longo dos seus mais de cinquenta anos de vida cimentou uma posição de destaque no seio dos Santacombadenses. **4-** O tecido empresarial local, não está ainda sensibilizado para a realização do seu papel de suporte de todas as atividades lúdicas e desportivas no concelho. **5-** No atual cenário de crise económica e financeira, mais difícil se torna prosseguir com atividades cuja relação benefício –custo, não evidencia um equilíbrio estável e duradouro, que, no mínimo seja “confortável “ para a autarquia. **6-** As equipas seniores do Grupo Desportivo Santacombadense, assim como de todos os clubes que disputam campeonatos distritais, exigem um esforço financeiro incompatível com as possibilidades de financiamento do Município. **7** A atual direção do Grupo Desportivo Santacombadense, face à impossibilidade de ter em competição a equipa de futebol mais representativa, optou pela aposta nas camadas jovens, juvenis e juniores, e assim, preparar o futuro almajado por todos os Santacombadenses. **8-** Apesar desta decisão, sem o apoio do município não é possível a sobrevivência do Grupo Desportivo Santacombadense e, por conseguinte, a prossecução dos objetivos que norteiam a sua atividade. Posto isto, colocou a referida minuta de protocolo e que a seguir se transcreve à apreciação e eventual aprovação do órgão executivo: “ *A Câmara Municipal de Santa Comba Dão, como contrapartida pela promoção do desporto no Concelho de Santa Comba Dão e a utilização do futebol em particular como veículo de divulgação do concelho, concede ao Grupo Desportivo Santacombadense, coletividade de Utilidade Publica, a titulo de subsidio durante a época de 2011/2012, a quantia de 10.000 € (dez mil euros) repartidos em parcelas de 1 000 € (mil euros) por mês, com inicio em setembro de 2011 e terminus em junho de 2012. 2- A ceder o estádio Municipal Dr. Orlando Mendes, para um treino por semana por cada um dos escalões em competição. 3. A ceder o estádio Municipal Dr. Orlando Mendes, para 10 jogos dos escalões de competição, cabendo à direção a decisão do escalão e dos jogos a disputar no relvado. A direção do Grupo Desportivo Santacombadense,*

compromete-se a : 1. Inscrever uma equipa do escalão juvenil e uma equipa do escalão júnior nos campeonatos distritais de cada uma das categorias, na época 2011-2012; 2- Inscrever na época de 2012-2013, além das equipas dos escalões referidos no ponto anterior, uma equipa no escalão sénior com a maioria dos atletas que transitam da equipa Júnior; 3- Promover uma campanha de angariação de associados para a qual contará com os meios publicitários ao dispor da autarquia, nomeadamente o Painel de Informação Eletrónico, o Posto de Turismo e o Sítio oficial na Internet, www.cm-santacombadao.pt; 4- Colaborar e a participar em todas as atividades promovidas pela Câmara Municipal ou pela sua empresa municipal Combanima, sempre que para tal seja solicitada; 5. Ter em dia todos os impostos a que está obrigada nos termos da lei. O presente protocolo vigorará durante a época desportiva 2011– 2012.” Apreciada que foi a referida minuta, a Câmara Municipal, tendo-se ausentado no ato da discussão e votação o Vereador Sr. Dr. Leonel Gouveia, em cumprimento do nº 6 do artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, deu-lhe a sua unânime aprovação.

2.15- PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE FORMAÇÃO DESPORTIVA “O PINGUINZINHO” E A CAMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

Pelo senhor Presidente foi proposto que fosse estabelecido um protocolo de cooperação entre a Associação de Formação Desportiva “ O Pinguinzinho” e a Câmara Municipal de Santa Comba Dão, que expresse os princípios de apoio financeiro e logístico a assumir pela Autarquia e os deveres da referida Associação, tendo por base os seguintes considerandos:

1- A promoção do desporto no concelho de Santa Comba Dão, é uma obrigação da autarquia ;**2-**O desporto de competição e, em especial o futebol, pela sua projeção mediática e pela tradição enraizada no concelho de Santa Comba Dão, constitui um veículo privilegiado de promoção de estilos de vida saudáveis, de socialização e convívio, alicerces da construção de uma sociedade melhor e mais solidária.**3-**A Associação de Formação Desportiva “O Pinguinzinho” é, desde a sua formação, um exemplo de dedicação e profissionalismo ao serviço dos mais jovens. **4-** As Escolas de Futebol da Associação de

Formação Desportiva “O Pinguinzinho” têm vindo a apresentar resultados acima das melhores expectativas. 5- A Associação de Formação Desportiva “O Pinguinzinho” movimenta mais de 200 atletas nestas três modalidades, desde os 5 anos de idade até à idade adulta, e pretende, no futuro próximo integrar outras modalidades desportivas na vertente formação e competição, privilegiando os escalões mais jovens. 6- O tecido empresarial local, não está ainda sensibilizado para a realização do seu papel de suporte de todas as atividades lúdicas e desportivas no concelho. 7- Sem o apoio do município não é possível que a Associação de Formação Desportiva “O Pinguinzinho” mantenha este ritmo de crescimento e intervenha na formação desportiva e cívica dos jovens. Posto isto, colocou a referida minuta de protocolo e que a seguir se transcreve à apreciação e eventual aprovação do órgão executivo.” *A Câmara Municipal de Santa Comba Dão, como contrapartida pela promoção do desporto no Concelho de Santa Comba Dão, em especial no que se refere à formação dos escalões mais jovens, concede à Associação de Formação Desportiva “O Pinguinzinho”, os seguintes apoios para a época desportiva de 2011/2012, com início em setembro de 2011 e fim em junho de 2012: 1- Participação financeira no valor de 15.000 euros, a concretizar em tranches mensais de 1500 euros. 2- Cedência gratuita do Estádio Municipal Dr. Orlando Mendes, para competição e, no mínimo, um treino semanal de todos os escalões, em dias a programar com os responsáveis pelo Estádio. 3- Cedência gratuita do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal para treino e competição das modalidades “in door”, em horários e dias a combinar com os responsáveis pelo Pavilhão. 4- Cedência gratuita de um espaço com bar, sala de reuniões e instalações sanitárias, no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, para funcionamento da sede social. 5- Cedência gratuita dos direitos de exploração do Bar do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal. 6- Atuar junto do tecido empresarial local no sentido de obter patrocínios quer em espécie quer em géneros, no mínimo de 10.000 euros. 7- Divulgar gratuitamente todas as iniciativas da Associação de Formação Desportiva “O Pinguinzinho”. A direção da Associação de Formação Desportiva “O Pinguinzinho”, por sua vez compromete-se a: 1- Manter em atividade durante a época desportiva 2011/2012, todos os escalões de formação de futebol. 2- Colocar em competição oficial uma equipa de futebol no escalão Iniciados. 3- Promover o município de Santa Comba Dão exibindo nos equipamentos oficiais, em lugar de destaque,*

por debaixo dos números das camisolas, o logótipo da Câmara Municipal de Santa Comba Dão. 4- Promover a prática desportiva saudável entre os jovens do concelho, desenvolvendo o espírito competitivo dentro das normas, de modo a contribuir para o bem-estar geral da população. 5-Colaborar e participar em todas as atividades promovidas pela Câmara Municipal ou pela sua empresa municipal Combanima, sempre que para tal seja solicitada. 6-A ter em dia todos os impostos e a que está obrigada nos termos da lei e a cumprir todos os compromissos assumidos com colaboradores, atletas, encarregados de educação e outras entidades envolvidas no processo de formação. 7-A responsabilizar-se pela manutenção do relvado do estádio municipal Dr. Orlando Mendes, e a coordenar com o Grupo Desportivo Santacombadense a utilização do mesmo. O presente protocolo vigorará durante a época desportiva 2011 – 2012” . Apreciada que foi a referida minuta, a Câmara Municipal, deu-lhe a sua unânime aprovação.

2.16- PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO MUNICIPAL – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA A EMPRESA COMBANIMA CONCEDER PROLONGAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO GINÁSIO À ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS DE DESPORTO E EDUCAÇÃO FÍSICA DE SANTA COMBA DÃO

O Senhor Presidente fez presente a proposta por si subscrita, datada de 23 de agosto de 2011, do seguinte teor “ Considerando os elevados investimentos recentemente realizados pela Associação de Técnicos de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão, no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, benfeitorias que revertem gratuitamente para o património municipal e que estão à disposição da comunidade escolar, proponho que a empresa municipal Combanima seja autorizada a prolongar a concessão da exploração do ginásio e das salas agora construídas onde se incluem dois campos de squash, por mais dez anos, nos mesmos termos da anterior ”. Apreciada que foi a referida proposta e depois de realçado o trabalho meritório levado a cabo pela referida Associação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a Empresa Municipal Combanima- Espaços Municipais, EM, a prorrogar por mais 10 (dez) anos a concessão de exploração do ginásio e das salas do Pavilhão Gimnodesportiva à Associação de Técnicos de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão, nos mesmos termos da anterior concessão, aprovada em reunião camarária de 07 de abril de 2008.

2.17- REGULAMENTO DE TRÂNSITO – ADITAMENTO AO APÊNDICE PARQUES E ZONAS DE ESTACIONAMENTO/NOMEAÇÃO DO ASSISTENTE OPERACIONAL ANTONIO MANUEL FONSECA DE ALMEIDA, COMO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Pelo Senhor Presidente foi proposto a alteração ao Apêndice do Regulamento de Trânsito de Santa Comba Dão, inserto no Diário da República, 2ª Série, nº 217, de 07 de novembro, com o aditamento do ponto 4, ao artigo 34º, com a seguinte redação: “ Sempre que um veículo se encontre estacionado em Zona paga sem usar o respetivo título, em conformidade com o disposto no presente Apêndice, o condutor do veículo pode, no prazo máximo de 24 horas do Aviso deixado no veículo, dirigir-se à Câmara Municipal e pagar a taxa máxima diária daquela zona, constante da tabela de taxas de estacionamento atualizada anualmente. Caso não proceda desta forma, será instaurado o respetivo processo de contra – ordenação, nos termos da legislação em vigor.” Mais propôs o Senhor Presidente que, ao abrigo do nº 4 do artigo 32º do citado apêndice, seja nomeado o funcionário António Manuel Fonseca de Almeida, Assistente Operacional, como agente de fiscalização. No decurso da análise, o Senhor Vereador Dr. Leonel Gouveia questionou, em nome dos Vereadores do Partido Socialista, a legitimidade da Câmara Municipal poder fiscalizar um espaço que está concessionado a privados, ao que o Senhor Presidente respondeu que estava salvaguardada a situação. Posto isto, foi a proposta posta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 4 votos a favor (3 do PPD/PSD e um da Vereadora Sra. Dra. Maria Manuela Alves) e dois votos contra do PS, por serem contra a existência dos parques de estacionamento. Mais ficou deliberado submeter a referida proposta de alteração ao Apêndice do Regulamento de Trânsito de Santa Comba Dão, ao órgão deliberativo, nos termos da alínea a) do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, para os efeitos da alínea a) do nº 2 do artigo 53 da Lei em apreço. Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos e com preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, para produzir efeitos imediatos.

2.18-PROCESSO DE OBRAS Nº 22/2011 = PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.REQUERENTE: SERGUVESTE-INDUSTRIA PORTUGUESA DE VESTUÁRIO, LDA.

Foi presente o processo de obras em título, em consequência do pedido de isenção de pagamento de taxas, formulado pela titular do mesmo, Segurvest, Industria Portuguesa de Vestuário, Lda NIF nº 504 068 300, ao abrigo da alínea c) do nº 2 do art.º 36º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, tendo a Câmara Municipal deliberado, por unanimidade, isentar, nos termos da citada disposição regulamentar a Instituição em causa do pagamento das respetivas taxas, por reconhecer interesse para o desenvolvimento económico do concelho.

2.19-PROCESSO DE OBRAS Nº 79/2009 = PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXAS AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS. REQUERENTE: CENTRO SOCIAL DE VILA POUCA

Foi presente o processo de obras em título, em consequência do pedido de isenção de pagamento de taxas, formulado pela titular do mesmo, Centro Social de Vila Pouca , NIF nº 501 865 306, ao abrigo da alínea d) do nº 2 do art.º 36º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. A pretensão agora em análise fazia-se acompanhar da informação dos respetivos Serviços, da qual se infere que, face aos elementos apresentados, o requerente cumpre os requisitos exigidos pela citada disposição regulamentar, pelo que a Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Instituição em causa do pagamento das respetivas taxas.

2.20- TARIFA DE SANEAMENTO E TARIFA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS = PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO. REQUERENTE: JOSÉ CARLOS PAIXÃO SIMÕES

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do nº 3 do artigo 18º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais , isentar do

pagamento da taxa de saneamento e da taxa de resíduos sólidos urbanos, o peticionário José Carlos Paixão Simões, NIF nº 122 433823, com morada em Rua Latada, nº 2, em Nagozela , Santa Comba Dão.

2.21- SERVIÇO DE DESPEJO DE FOSSA - O MILÉNIO – PADARIA, PASTELARIA, LDª E ISABEL CRISTINA VALENTE FERNANDES= ANULAÇÃO DE DIVIDAS

O senhor Presidente fez presente os pedidos de anulação de dividas, referentes ao serviço de despejo de fossa da empresa Milénio- Padaria, Pastelaria, Ldª, no valor de € 875,00, e de Isabel Cristina Valente Fernandes, no montante de € 4812.50 , dando conta que a empresa estava convicta de estar isenta deste pagamento até à ligação do saneamento e que a munícipe Isabel Cristina deu contrapartidas relacionadas com a execução de rede de esgotos no local, que cobrem os valores em divida. Nesta senda, o Senhor Presidente fez também presente uma relação de dividas existente nos serviços e da mesma natureza, na qual constam as dividas já referidas, solicitando, também, a sua anulação. Apreciada que foi a explanação do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, anular as dívidas constantes da relação então apresentada, que aqui se dá por inteiramente reproduzida na íntegra, ficando arquivada em lugar próprio, depois de assinada por todos os presentes. Mais deliberou a Câmara Municipal, também, por unanimidade, que, futuramente, este serviço seja pago no ato da requisição, conforme preceitua o número 1 do artigo 19º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais.

2.22- MERCADO MUNICIPAL – JÚLIA MARIA CUNHA ESTEVES SOUSA E SILVA = ANULAÇÃO DE DIVIDA

A Câmara Municipal, depois de ter apreciado o processo em apreço, deliberou, por unanimidade, sob proposta do Senhor Presidente, que teve por base os considerandos apresentados pela peticionária, Júlia Maria Cunha Esteves Sousa e Silva, através de carta datada de 05 de julho de 2011, anular a divida em questão no valor de € 77.13 (setenta e sete euros e treze cêntimos).

2.23- SERVIÇO DE TAXAS E LICENÇAS – ISENÇÃO DE TAXAS(licenças = RATIFICAÇÃO DOS DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE RESPEITANTES AOS PEDIDOS DE: CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DA POVOA DOS MOSQUEIROS = 27/07/2011; FÁBRICA DA IGREJA DE SÃO JOÃO DE AREIAS = 29/07/2011;FÁBRICA DA IGREJA DO VIMIEIRO = 9/08/2011; FÁBRICA DA IGREJA DE TREIXEDO = 11/08/2011; FABRICA DA IGREJA DE SÃO JOANINHO = 11/08/2011 E RANCHO FOLCLÓRICO ETNOGRÁFICO DE SÃO JOANINHO = 16/08/2011;

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as decisões do Senhor Presidente, tomadas ao abrigo do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a alteração que lhe foi produzida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, e referentes à isenção do pagamento de Licença Especial de Ruído, para Atividades Ruidosas Temporárias às Instituições identificadas em título.-----

2.24-PEDIDO DE TRANSMISSÃO DE LUGAR NA FEIRA DE SANTA COMBA DÃO, DE MARIA CLARA MARTINS MORGADO PARA VIRGILIO CRISTINA DE MELO

A Câmara Municipal, depois de ter apreciado o processo em apreço e sugerido alteração do artigo 12º sob a epígrafe “ transmissão do direito de ocupação “ do Regulamento municipal para realização de feiras no Município de Santa Comba Dão, deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão de Maria Clara Martins Morgado, NIF nº 185 767 524, residente na Quinta Alexandra Almeida, 95, em 3050-237 Luso , relativa à transmissão de lugar de terrado de que é titular na feira de Santa Comba Dão, para nome de Virgílio Cristina de Melo, com quem vive em união de facto há 27 anos.

2.25- CONSTITUIÇÃO DE PRÉDIO EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, SITO NA RUA DR. LUIS ALBANO, EM SANTA COMBA DÃO, REQ: JOAQUIM FERREIRA LOURENÇO;

Foi presente um requerimento de Joaquim Ferreira Lourenço, casado, portador do Bilhete de Identidade nº 162 544 472, emitido em 30/10/2001, contribuinte fiscal nº 162 544 472, com morada profissional no lote nº 2 da ZIM, Adiça, Dardavaz, 3460-070 Tondela, que, na qualidade de proprietário do prédio sito na Rua Dr. Luis Albano, em Santa Comba Dão, e para o qual foi constituído o Processo de Obras nº 39/2009, implantado num terreno com a área de 89,55 m2, sendo a área de implantação do edifício 89,55m2, vem requer à Câmara Municipal,

nos termos dos artigos 1414º e seguintes do Código Civil, a realização de vistoria para que o aludido prédio destinado a habitação e comércio/serviços, seja constituído em regime de propriedade horizontal. O requerimento em apreço trazia anexo o auto de vistoria, elaborado pelos Serviços Técnicos do Município, do qual se conclui que o prédio reúne as condições indispensáveis para poder ser constituído em Regime de Propriedade Horizontal, nos termos do artº 1414º e seguintes do Código Civil, assim: **1º** - O prédio é composto por 3 frações (A, B e C) assim formadas e situadas: **Fração A** – Situada no R/C e piso menos 1, composta por loja comercial/serviços no R/C e circulação, uma instalação sanitária e um espaço amplo para arrumos no piso menos 1, com a área bruta privativa de 87,60m², área bruta dependente de 83,77m² e área bruta de construção de 171,37m² e uma permissão correspondente de 425,48%, designada pela letra A; **Fração B** – Apartamento de tipologia T1 situado no 1º piso, contendo uma sala, uma cozinha, um quarto, uma instalação sanitária, hall e uma varanda, com a área bruta privativa de 65,16m², a área bruta dependente de 0,95m² e a área bruta de construção de 66,11m² e uma permissão correspondente de 199,77%, designado pela letra B; **Fração C** – Apartamento de tipologia T1 situado no 2º e 3º pisos, contendo uma sala, uma cozinha, um quarto, uma instalação sanitária, hall e uma varanda (0,95m²) no 2º piso e dois espaços para arrumos e um terraço (13,09m²) no 3º piso, com a área bruta privativa de 68,44m², a área bruta dependente de 56,53m² e a área bruta de construção de 124,02m² e uma permissão correspondente de 374,75% e designado pela letra C; **2º** - São comuns às frações B e C, os átrios, a escada de acesso às habitações e respetivo acesso à claraboia de cobertura, localizados no R/C, 1º, 2º e 3º pisos. **3º** - São ainda comuns às frações, todas as partes não mencionadas e previstas na Lei do Regime da Propriedade Horizontal. **4º** - Todas as frações são autónomas, independentes, distintas e isoladas entre si com saída própria para parte comum do prédio e/ou para a via pública pelo que o mesmo poderá ser constituído em Propriedade Horizontal. Apreciado o processo em questão e auto de vistoria citado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, homologar o mesmo, ordenando a emissão do competente alvará, para assim ser constituída a respetiva propriedade horizontal.-----

2.26- CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE, NOS TERMOS DO ARTIGO 54º DA LEI Nº 51/95, DE 2 DE SETEMBRO, COM A ALTERAÇÃO QUE LHE FOI PRODUZIDA PELA LEI Nº 64/2003, DE 23 DE AGOSTO. REQUERENTE: NELSON NUNES PEREIRA

Foi presente um requerimento de Nelson Nunes Pereira, casado, NIF 176 914 064, com morada na Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 4, em Vila de Barba, freguesia de Couto do Mosteiro, concelho de Santa Comba Dão, que, na qualidade de comproprietário, requer, em conformidade com o disposto nos artigos 54º e 4º da Lei nº 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade do prédio rústico, sito no lugar denominado Quintais, na localidade de Vila de Barba, freguesia de Couto do Mosteiro, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 5322, deste concelho, levada a efeito por motivo de herança, cujos comproprietários serão Nelson Nunes Pereira, contribuinte nº 176914064, residente na Avenida Nossa Senhora de Fátima nº 4, Vila de Barba, Couto do Mosteiro e Esmeraldo Nunes Pereira, Contribuinte nº 115597409, residente na Rua do Bom Fim, c/v Direito, nº 4 lugar e freguesia de Póvoa de Santa Iria, ambos na proporção de $\frac{1}{2}$. Apreciada que foi a petição e de acordo com o parecer técnico, dos serviços da Autarquia, que lhe vinha anexo, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 64/2003, dar parecer favorável à constituição da compropriedade a levar a efeito no referido prédio, de conformidade com o solicitado. Mais deliberou a Câmara Municipal, por unanimidade, consignar, nesta, que da compropriedade não resulta um parcelamento físico do prédio, nem lhe configura qualquer direito de construir ou dividir em lotes para a construção. Por último e porque o requerente solicitou urgência, deliberou, ainda, a Câmara Municipal, por unanimidade, proceder à aprovação desta deliberação em minuta, nos termos e como preceitua o n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

2.27- LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES/CONHECIMENTO

A Câmara Municipal tomou conhecimento da relação dos processos de licenciamento de operações urbanísticas objeto de despacho do Senhor Presidente, cuja competência lhe foi delegada, em reunião 05 de novembro de 2009, constando da presente ata como anexo seis e dela fazendo parte integrante.

2.28 - FINANÇAS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria do dia 29 de agosto de 2011, através do qual se verifica a existência de um saldo em dinheiro na importância de: 99 135.59 € (noventa e nove mil cento e trinta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos). Assim discriminado: Depositado na CGD, BPI, CCAM, BES, MILLENNIUM BCP, SANTANDER TOTTA = € 93 628.36 (noventa e três mil seiscentos e vinte e oito euros e trinta e seis cêntimos) Existente em caixa = 507.23 € (quinhentos e sete euros e vinte e três cêntimos). Existente em Fundo de Maneio = 5 000,00 € (cinco mil euros) -----

2.29- PAGAMENTOS

A Câmara Municipal tomou conhecimento da lista dos pagamentos efetuados até à presente reunião e ordenados pelo senhor Presidente, na importância total de € 767 937.23 (setecentos e sessenta e sete mil novecentos e trinta e sete euros e vinte e três cêntimos), constando da presente ata como anexo sete dela fazendo parte integrante.

2.30- VOTO DE PESAR “

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, exarar em ata um voto de pesar pelo falecimento do funcionário da Autarquia, José Vítor de Almeida Castanheira, Assistente Operacional, e dar conhecimento desta deliberação à família, com apresentação de Sentidas Condolências. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, foi aprovada em minuta nos termos e como preceitua o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro. -----

2.31-MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO 2011- 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S"

Pelo Senhor Presidente foi apresentado, no âmbito da competência que confere à Câmara Municipal a alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, o projeto da segunda modificação por revisão ao orçamento e às Gop's, para o corrente ano, preparado nos termos estatuídos no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram produzidas. O referido documento, que aqui se dá por reproduzido na íntegra, ficando assinado e arquivado em lugar próprio, foi elaborado dada a necessidade de inscrição de dois projetos, um no PPI e outro nas AMR's. No PPI foi anulado o projeto 0111.2008/1011-Instalação da Loja do Cidadão e fez-se a inscrição do projeto 01.111.2008/1015-Refuncionalização parcial da " Casa dos Arcos" e nas AMR's foi inscrito o projeto 04.420.2011/5002-Itecons, não tendo havido alteração ao valor final. Nesta senda, e porque há necessidade de instruir a candidatura " Refuncionalização parcial da Casa dos Arcos " à Ação 3.2.1-Conservação e Valorização do Património Rural, da medida 3.2-Melhoria da Qualidade de Vida, o Senhor Presidente propôs que fosse solicitado também à Assembleia Municipal uma declaração onde conste o elevado interesse deste projeto para a população do Concelho de Santa Comba Dão , visto que melhorará o serviço público prestado pelo Município, permitindo a acessibilidade da população a serviços essenciais ao nível cultural e social. Face ao que antecede e depois de analisados os respetivos documentos, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter os citados documentos ao órgão deliberativo, para efeitos de aprovação, conforme o estatuído na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da já mencionada Lei nº 169/99, em conjugação com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º do mesmo diploma, a fim de poderem entrar em execução, e solicitar-lhe a pretensa declaração de interesse público. Por último e para que esta deliberação se torne, desde já, eficaz, foi aprovada em minuta

2.32-"PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS/ALTERAÇÃO"

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a calendarização das suas reuniões ordinárias, aprovada em reunião de 26 de novembro de 2010, passando estas a terem lugar às segundas e quartas terças feiras de cada mês, ambas públicas, com início às 15 horas e a realizarem-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Quando estas coincidirem com dia feriado serão realizadas no 2º dia útil imediato à respetiva reunião. Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenção do público presente

ENCERRAMENTO

Pelas dezassete horas e quinze minutos, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada depois de aprovada, nos termos da Lei. -----

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte N.º 506 637 441

REUNIÃO DE 13/09/2011

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES INFORMAÇÃO

Junto se anexa a relação (2 folhas) dos processos de licenciamento de operações urbanísticas objecto de despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, João António de Sousa Pais Lourenço, cuja competência lhe foi delegada, em reunião de Câmara de 5 de Novembro de 2009.

O Técnico Superior,



santa**comba**dão
câmara municipal

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501
E-mail: geral@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Município de Santa Comba Dão

13-09-2011

Requerimentos para Reunião

De 31-08-2011 a 13-09-2011

Class.	Ano	Número	Dt. Entrada Req.	Processo	Requerente	Tp. pedido	Tp. construção	Tp. utilização
▶	01	2011	63	02-02-2011	01/2010/83/0	JORGE MANUEL PEREIRA MIRANDA	Projecto Especialidade	arrumos
Tipo Informação: Arquitectura aprovada [Despacho] Local Obra: São João de Areias Data reunião: 13-09-2011 Freguesia: São João de Areias Informação: Deferida a arquitectura de acordo com o parecer de 09/08/2011.								
▶	02	2011	277	07-07-2011	02/2011/3/0	Município de Santa Comba Dão	loeameto	urbanização
Tipo Informação: Arquitectura aprovada [Despacho] Local Obra: Bairro das Pedras Negras Data reunião: 13-09-2011 Freguesia: Santa Comba Dão Informação: Deferido o zonamento de acordo com o parecer de 07/07/2011.								
▶	01	2011	290	15-07-2011	01/1960/192/0	Agostinho Manuel Oliveira Carvalho	alteração ao projecto	habitação
Tipo Informação: Aprovação final [Despacho] Local Obra: Vila de Barba Data reunião: 13-09-2011 Freguesia: Couto do Mosteiro Informação: Deferido na totalidade de acordo com a/s informação/es técnicas de 21/07/2011 e 17/08/2011.								
▶	01	2009	516	06-10-2009	01/2009/77/0	Daniel Gomes Baptista	Projecto Arquitectura e E ampliação	arrumos
Tipo Informação: Aprovação final [Despacho] Local Obra: Rua da Ribeira Data reunião: 13-09-2011 Freguesia: Santa Comba Dão Informação: Deferido na totalidade de acordo com a/s informação/es técnicas de 31/08/2011 e 05/09/2011.								
▶	01	2011	344	29-08-2011	01/2011/33/0	José Simões da Costa	Projecto Arquitectura	indústria
Tipo Informação: Arquitectura aprovada [Despacho] Local Obra: Treixedo Data reunião: 13-09-2011 Freguesia: Treixedo Informação: Deferida a arquitectura de acordo com o parecer de 31/08/2011.								

Município de Santa Comba Dão

13-09-2011

Requerimentos para Reunião

De 31-08-2011 a 13-09-2011

Class.	Ano	Número	Dt. Entrada Req.	Processo	Requerente	Tp. pedido	Tp. construção	Tp. utilização
▶	01	2011	308	27-07-2011	01/2006/14/0	Mário Ferreira de Matos Morais	Projecto Arquitectura e E reconstrução	habitação e comercio
Tipo Informação: Aprovação final [Despacho]								
Data reunião: 13-09-2011								
Local Obra: Vila Pouca								
Freguesia: São Joaninho								
Informação: Deferido na totalidade de acordo com a/s informação/es técnicas de 07/09/2011								
Total: 6								



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO
CÂMARA MUNICIPAL
Contribuinte N.º 506 637 441

Informação

Informo que no período de 30 de Agosto a 12 de Setembro de 2011, foram ordenados pelo Sr. Presidente pagamentos no valor de € 166.712,19, conforme relação apensa.

Santa Comba Dão, 13 de Setembro de 2011.

A Técnica Superior,



REGISTO DE PAGAMENTOS EFECTUADOS DE 30/08/2011 A 12/09/2011

Ano : 2011 Tipo : Operações Orçamentais

Data : 13/09/2011

Número	Data Emi.	Nome da Entidade	Classificação	Valor	Desc. / Ret.	Data Pag.
1303	16/06/2011	Martins Pereira & Associados	0102/020214	743,13	0,00	08/09/2011
1350	21/06/2011	Volter - Albuquerque Freitas, S.A.	0102/07011002	514,73	0,00	09/09/2011
1757	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/02010201	77,84	0,00	31/08/2011
1758	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/02010202	40,00	0,00	31/08/2011
1759	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/02010202	30,00	0,00	31/08/2011
1760	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020108	167,75	0,00	31/08/2011
1761	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020120	18,90	0,00	31/08/2011
1762	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	15,00	0,00	31/08/2011
1763	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	89,99	0,00	31/08/2011
1764	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	13,98	0,00	31/08/2011
1765	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	83,37	0,00	31/08/2011
1766	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	101,85	0,00	31/08/2011
1767	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	105,00	0,00	31/08/2011
1768	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	11,65	0,00	31/08/2011
1769	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	11,50	0,00	31/08/2011
1770	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020121	4,90	0,00	31/08/2011
1771	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020210	6,72	0,00	31/08/2011
1772	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020211	40,00	0,00	31/08/2011
1773	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020211	37,50	0,00	31/08/2011
1774	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020211	83,30	0,00	31/08/2011
1775	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020220	28,18	0,00	31/08/2011
1776	09/08/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020220	49,25	0,00	31/08/2011
1799	12/08/2011	CTT CORREIOS DE PORTUGAL,SA	0102/020209	337,86	0,00	30/08/2011
1840	23/08/2011	Adene- Agência para a Energia	0102/020225	215,25	0,00	30/08/2011
1864	26/08/2011	Ana Paula Ferreira da Silva Onofre	0102/01010902	83,02	0,00	06/09/2011
1865	26/08/2011	Carla Sofia Viegas Ferreira	0102/01010902	68,51	0,00	05/09/2011
1866	26/08/2011	Carla Sofia Viegas Ferreira	0102/01010902	93,94	0,00	05/09/2011
1867	26/08/2011	Carla Sofia Viegas Ferreira	0102/010204	33,20	0,00	05/09/2011
1869	26/08/2011	Rute Maria Emilio Rebola Amaral	0102/01010902	103,26	0,00	05/09/2011
1871	26/08/2011	Elsa Carla Coelho Henriques	0102/01010902	80,34	0,00	06/09/2011
1872	26/08/2011	Herminia Conceicao Gomes Loureiro Borges	0102/01010902	112,50	0,00	06/09/2011
1873	26/08/2011	Anabela Abreu Gonçalves Cruz e Silva	0102/01010902	83,10	0,00	06/09/2011
1874	26/08/2011	Maria Filomena Neves dos Santos Ferreira	0102/01010902	63,24	0,00	07/09/2011
1875	26/08/2011	Maria Filomena Neves dos Santos Ferreira	0102/01010902	59,78	0,00	07/09/2011
1876	26/08/2011	Maria da Paixão Oliveira Esteves Figueiredo	0102/01010902	419,22	0,00	05/09/2011
1877	26/08/2011	Maria da Paixão Oliveira Esteves Figueiredo	0102/01011302	93,94	0,00	05/09/2011
1878	26/08/2011	Maria da Paixão Oliveira Esteves Figueiredo	0102/010204	33,20	0,00	05/09/2011
1879	26/08/2011	Daniel Pinto Ferreira	0102/01010902	419,22	0,00	05/09/2011
1880	26/08/2011	Daniel Pinto Ferreira	0102/01011302	93,94	0,00	05/09/2011
1881	26/08/2011	Daniel Pinto Ferreira	0102/010204	33,20	0,00	05/09/2011
1882	26/08/2011	Guilhermina Ferreira Antunes	0102/01010902	419,22	0,00	05/09/2011
1883	26/08/2011	Sónia Marisa da Silva Seixas	0102/01010902	419,22	0,00	07/09/2011
1884	26/08/2011	Sónia Marisa da Silva Seixas	0102/01011302	76,86	0,00	07/09/2011
1885	26/08/2011	Sónia Marisa da Silva Seixas	0102/010204	33,20	0,00	07/09/2011
1886	26/08/2011	Maria Alice Duarte dos Santos Mota	0102/01010902	83,84	0,00	06/09/2011
1887	26/08/2011	Ana Sofia dos Santos Pinto	0102/01010902	83,82	0,00	05/09/2011
1888	26/08/2011	Ana Sofia dos Santos Pinto	0102/01011302	93,94	0,00	05/09/2011
1889	26/08/2011	Ana Lúcia Cristino Garcia	0102/01010902	83,82	0,00	05/09/2011
1890	26/08/2011	Cândida Maria Marques Tavares	0102/01010902	83,82	0,00	06/09/2011
1891	26/08/2011	Maria Rosa de Assunção Dias Horta	0102/01010902	83,84	0,00	06/09/2011
1892	26/08/2011	Maria Natália Silva O. P. Coimbra	0102/01010902	83,82	0,00	07/09/2011
1893	26/08/2011	Maria da Glória Marques Pereira da Costa	0102/01010902	83,82	0,00	06/09/2011
1894	26/08/2011	Isabel Maria Figueiredo Prata	0102/01010902	419,22	0,00	05/09/2011
1895	26/08/2011	Isabel Maria Figueiredo Prata	0102/01011302	93,94	0,00	05/09/2011
1896	26/08/2011	Isabel Maria Figueiredo Prata	0102/010204	23,30	0,00	05/09/2011
1897	26/08/2011	Angélica Sofia Garcez Ferreira Soares	0102/01010902	419,22	0,00	07/09/2011
1898	26/08/2011	Angélica Sofia Garcez Ferreira Soares	0102/01011302	93,94	0,00	07/09/2011
1899	26/08/2011	Manuel Varela Cordeiro	0102/01010902	83,84	0,00	05/09/2011
1900	26/08/2011	Manuel Varela Cordeiro	0102/01011302	93,94	0,00	05/09/2011
1901	26/08/2011	João Manuel Rocha Durães	0102/01010902	83,84	0,00	05/09/2011
1902	26/08/2011	João Manuel Rocha Durães	0102/01011302	93,94	0,00	05/09/2011
1903	26/08/2011	Mário Prata de Sousa	0102/01010902	83,84	0,00	07/09/2011

Município de Santa Comba Dão

Fonseca

REGISTO DE PAGAMENTOS EFECTUADOS DE 30/08/2011 A 12/09/2011

Ano : 2011 Tipo : Operações Orçamentais

Data : 13/09/2011

Número	Data Emi.	Nome da Entidade	Classificação	Valor	Desc. / Ret.	Data Pag.
1904	26/08/2011	Mário Prata de Sousa	0102/01011302	93,94	0,00	07/09/2011
1905	26/08/2011	Simão Pedro Corveira de Matos	0102/01010902	83,84	0,00	07/09/2011
1906	26/08/2011	Simão Pedro Corveira de Matos	0102/01011302	93,94	0,00	07/09/2011
1907	26/08/2011	Jose Luis Silva Dinis	0102/01010902	83,82	0,00	05/09/2011
1908	26/08/2011	Jose Luis Silva Dinis	0102/01011302	51,24	0,00	05/09/2011
1909	26/08/2011	João Varela Pereira da Costa	0102/01010902	83,82	0,00	09/09/2011
1910	26/08/2011	João Varela Pereira da Costa	0102/01011302	21,35	0,00	09/09/2011
1911	26/08/2011	José António Neves Varela	0102/01010902	83,82	0,00	06/09/2011
1912	26/08/2011	José António Neves Varela	0102/01011302	93,94	0,00	06/09/2011
1913	26/08/2011	Jorge Gomes Oliveira	0102/01010902	83,82	0,00	05/09/2011
1914	26/08/2011	Jorge Gomes Oliveira	0102/01011302	51,24	0,00	05/09/2011
1915	26/08/2011	Fernando Borges Martins	0102/01010902	83,64	0,00	12/09/2011
1916	26/08/2011	Fernando Borges Martins	0102/01011302	51,24	0,00	12/09/2011
1917	26/08/2011	Fernando Borges Martins	0102/010204	33,20	0,00	12/09/2011
1918	26/08/2011	Antonio Paulo Marques Gomes Viana	0102/01010902	123,06	0,00	06/09/2011
1919	26/08/2011	Antonio Paulo Marques Gomes Viana	0102/01011302	93,94	0,00	06/09/2011
1923	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0103/030201	144,54	0,00	30/08/2011
1924	29/08/2011	Totta - Crédito Especializado, Inst. Financ. C	0102/07010401	270,16	0,00	30/08/2011
1925	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0103/030502	4,47	0,00	30/08/2011
1926	29/08/2011	Totta - Crédito Especializado, Inst. Financ. C	0102/07010408	333,10	0,00	30/08/2011
1927	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0102/070108	418,93	0,00	30/08/2011
1928	29/08/2011	Totta - Crédito Especializado, Inst. Financ. C	0102/07010401	270,16	0,00	30/08/2011
1929	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0102/070207	1.179,76	0,00	30/08/2011
1930	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0103/030201	10,74	0,00	30/08/2011
1931	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0103/030201	0,32	0,00	30/08/2011
1932	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0103/030307	311,95	0,00	30/08/2011
1933	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0102/070101	1.666,67	0,00	30/08/2011
1934	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0103/030502	254,65	0,00	30/08/2011
1935	29/08/2011	Totta - Crédito Especializado, Inst. Financ. C	0102/07010408	333,10	0,00	30/08/2011
1936	29/08/2011	Banco Santander Totta, SA	0102/070108	418,93	0,00	30/08/2011
1940	29/08/2011	Mário Afonso de Sousa Oliveira	0102/020225	590,40	55,20	07/09/2011
1947	30/08/2011	PT COMUNICAÇÕES, SA	0102/020209	24,60	0,00	31/08/2011
1948	30/08/2011	PT COMUNICAÇÕES, SA	0102/020209	154,72	0,00	31/08/2011
1949	31/08/2011	Jet Cooler, águas e cafés, Lda	0102/020225	239,52	0,00	31/08/2011
1950	31/08/2011	AGREPOR AGREGADOS- EXTRAÇÃO INE	0102/07010401	546,56	0,00	08/09/2011
1951	31/08/2011	Catarina Gomes Costa Unipessoal, Lda	0102/010107	922,50	0,00	31/08/2011
1952	31/08/2011	Silvia Andreia Gonçalves dos Santos	0102/010107	768,58	0,00	31/08/2011
1954	31/08/2011	Controlvet Segurança Alimentar, S.A.	0102/020220	1.933,44	0,00	06/09/2011
1955	31/08/2011	Dão Gest - Gestão e Investimentos, SA	0102/070203	46.500,00	7.672,50	31/08/2011
1956	02/09/2011	PAULOSAUTO, PEÇAS E AUTO IND., LDA	0102/020208	15.435,49	0,00	02/09/2011
1957	05/09/2011	Associação de Profissionais de Desporto e E	0102/020220	10.000,00	0,00	05/09/2011
1958	05/09/2011	OKioske da Ribeira, Limitada	0102/020120	216,26	0,00	06/09/2011
1959	05/09/2011	BRISA,AUTOESTRADAS DE PORTUGAL,S	0102/020210	61,40	0,00	05/09/2011
1960	05/09/2011	Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.	0102/02010201	606,42	0,00	05/09/2011
1961	05/09/2011	Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.	0102/02010202	8.342,20	0,00	05/09/2011
1963	05/09/2011	AMI-Assistência Médica Internacional	0102/04070102	100,00	0,00	07/09/2011
1964	05/09/2011	Beiragás- Companhia de Gás das Beiras, SA	0102/02010299	14,31	0,00	06/09/2011
1965	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030502	1.438,75	0,00	06/09/2011
1966	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030502	3.315,33	0,00	06/09/2011
1967	05/09/2011	SGald Automotive,SA	0102/020206	2.120,85	0,00	06/09/2011
1968	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/060201	27,62	0,00	06/09/2011
1969	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/020225	3.325,78	0,00	06/09/2011
1970	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010413	523,52	0,00	06/09/2011
1971	05/09/2011	SGald Automotive,SA	0102/020206	2.120,85	0,00	06/09/2011
1972	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010402	778,40	0,00	06/09/2011
1973	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010407	448,45	0,00	06/09/2011
1974	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010413	1.401,03	0,00	06/09/2011
1975	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010413	1.425,76	0,00	06/09/2011
1976	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/020225	1.915,83	0,00	06/09/2011
1977	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/020220	1.928,57	0,00	06/09/2011
1978	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/020225	2.006,60	0,00	06/09/2011
1979	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010408	8.031,03	0,00	06/09/2011

REGISTO DE PAGAMENTOS EFECTUADOS DE 30/08/2011 A 12/09/2011

Ano : 2011 Tipo : Operações Orçamentais

Data : 13/09/2011

Número	Data Emi.	Nome da Entidade	Classificação	Valor	Desc. / Ret.	Data Pag.
1980	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010305	13.749,02	0,00	06/09/2011
1981	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030201	3,74	0,00	06/09/2011
1982	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/07010413	5.201,72	0,00	06/09/2011
1983	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030502	843,71	0,00	06/09/2011
1984	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/060201	16,19	0,00	06/09/2011
1985	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030201	1,40	0,00	06/09/2011
1986	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030502	4.567,88	0,00	06/09/2011
1987	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0102/020225	3.325,78	0,00	06/09/2011
1988	05/09/2011	Banco Comercial Português, S.A.	0103/030201	0,34	0,00	06/09/2011
1989	06/09/2011	SGald Automotive,SA	0102/020206	596,62	0,00	06/09/2011
1990	06/09/2011	SGald Automotive,SA	0102/020206	2.120,85	0,00	06/09/2011
1991	06/09/2011	PT PRIME, SA	0102/020209	559,29	0,00	06/09/2011
1992	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/02010201	34,55	0,00	08/09/2011
1993	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/02010202	135,00	0,00	08/09/2011
1994	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020108	4,70	0,00	08/09/2011
1995	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020108	5,40	0,00	08/09/2011
1996	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020108	22,80	0,00	08/09/2011
1997	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020108	221,40	0,00	08/09/2011
1998	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020120	102,26	0,00	08/09/2011
1999	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020120	3,00	0,00	08/09/2011
2000	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020209	3,69	0,00	08/09/2011
2001	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020211	19,60	0,00	08/09/2011
2002	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020211	115,00	0,00	08/09/2011
2003	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020220	280,44	0,00	08/09/2011
2004	06/09/2011	ALCIDIA MARIA PRATA OLIVEIRA SILVA	0102/020220	133,79	0,00	08/09/2011
2007	07/09/2011	IMPrensa Nacional-CASA MOEDA,SA	0102/020225	39,58	0,00	07/09/2011
2008	07/09/2011	CCAM da Bairrada e Agueira C.R.L.	0102/060201	0,81	0,00	07/09/2011
2009	08/09/2011	Rui Manuel Pais Branquinho	0102/020204	225,00	0,00	08/09/2011
2010	08/09/2011	Jose Carlos Coelho Oliveira	0102/020204	200,00	0,00	08/09/2011
2011	08/09/2011	Junta de Freguesia de Santa Comba Dão	0102/04050102	1.000,00	0,00	08/09/2011
2012	08/09/2011	Silgueirense - Máq. e Ferramentas, Lda	0102/020121	724,80	0,00	09/09/2011
2013	08/09/2011	Silgueirense - Máq. e Ferramentas, Lda	0102/020121	36,00	0,00	09/09/2011
2014	08/09/2011	Silgueirense - Máq. e Ferramentas, Lda	0102/020225	13,80	0,00	09/09/2011
2017	09/09/2011	Higicosta, Lda	0102/020104	393,96	0,00	12/09/2011
2018	09/09/2011	Higicosta, Lda	0102/020121	4,61	0,00	12/09/2011
2019	09/09/2011	Higicosta, Lda	0102/07010307	81,86	0,00	12/09/2011
2024	12/09/2011	DROGARIA IDEAL, LDA.	0102/020117	12,00	0,00	12/09/2011
Totais ...				166.712,19	7.727,70	

Declaração de voto

Assunto: Transportes escolares - Proposta de comparticipação dos alunos do ensino pré-escolar.

Os Vereadores do Partido Socialista estão conscientes da situação de crise que atravessamos e da consequente necessidade de arrecadação de receitas.

Lamentam contudo que os erros deste executivo ao longo de mandato e meio tenham colocado o município em situação de falência. Para esta situação em que nos encontramos não podem ser encontradas justificações como a da situação financeira do País, da Europa ou do Mundo, ou mesmo da das transferências do Estado Central. A situação em que o município se encontra deve-se a erros de uma gestão irresponsável que hipotecou o desenvolvimento do Concelho e o futuro das próximas gerações de Santacombadenses.

Lamentam ainda que este executivo não tenha ainda sido capaz de fazer um esforço para a diminuição drástica da despesa corrente, por exemplo, com a extinção da empresa municipal Combanima ou a dispensa do pessoal de apoio aos gabinetes e sua substituição por funcionários do município, mas sim, como no presente caso, fazendo aumentar as receitas através de mais um custo a ser repercutido no orçamento das famílias.

Relativamente à proposta apresentada os Vereadores do Partido Socialista chamam a atenção para a falta de objectividade na enumeração dos critérios a utilizar na definição dos agregados familiares carenciados e por isso passíveis de isenção deste pagamento. Exige-se transparência, evitando situações de favorecimento, que só é possível através de uma prévia definição clara dos critérios ou o enquadramento noutras situações já tipificadas.

Face ao exposto os Vereadores do Partido Socialista abstêm-se neste ponto da ordem de trabalhos.

Santa Comba Dão, em 30 de Agosto de 2011

Os Vereadores do Partido Socialista





Santa Comba Dão

2

Declaração de voto

Assuntos: Imposto Municipal sobre imóveis (IMI)

Lançamento da derrama

Os Vereadores do Partido Socialista estão conscientes da situação de crise que atravessamos e da consequente necessidade de arrecadação de receitas.

Lamentam contudo que os erros deste executivo ao longo de mandato e meio tenham colocado o município em situação de falência. Para esta situação em que nos encontramos não podem ser encontradas justificações como a da situação financeira do País, da Europa ou do Mundo, ou mesmo da das transferências do Estado Central. A situação em que o município se encontra deve-se a erros de gestão irresponsável que hipotecou o desenvolvimento do Concelho e o futuro das próximas gerações de Santacombadenses.

Lamentam ainda que este executivo não tenha ainda sido capaz de fazer um esforço para a diminuição drástica da despesa corrente, por exemplo, com a extinção da empresa municipal Combanima ou a dispensa do pessoal de apoio aos gabinetes e sua substituição por funcionários do município.

A fixação das taxas do IMI e da derrama constituiria uma boa oportunidade para aumentar a competitividade do nosso Concelho face aos concelhos vizinhos, atraindo mais investimento e a fixação de mais residentes.

Infelizmente a situação financeira a que o município chegou não permite utilizar esta medida de discriminação positiva.

Declaração de voto

Assunto: Proposta de Protocolo – Programa de Generalização do Ensino da Música entre a Câmara Municipal de Santa Comba e o Conservatório de Música e Artes do Dão (CMAD).

- Considerando que o texto do presente protocolo configura, de facto, uma aquisição de serviços, constituindo por isso uma ilegalidade à luz do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n° 18/2008, de 29 de Janeiro.
- De facto, de acordo com supracitada lei, na aquisição de serviços até ao valor de 75 000 euros o tipo de procedimento adoptado é o ajuste directo - alínea a) do n°1 do art. 20°.

Face ao exposto, entendem os Vereadores do Partido Socialista votar contra a proposta apresentada, sendo certo que não está em causa, nem a idoneidade, nem a competência, nem a estrutura organizativa do Conservatório de Música e Artes do Dão.

Santa Comba Dão, em 30 de Agosto de 2011

Os Vereadores do Partido Socialista



Declaração de voto

Assunto: Proposta de Protocolo – Programa de Generalização do Ensino da Actividade Física entre a Câmara Municipal de Santa Comba Dão e a Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão.

- Considerando que o texto do presente protocolo configura, de facto, uma aquisição de serviços, constituindo por isso uma ilegalidade à luz do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n° 18/2008, de 29 de Janeiro.

- De facto, de acordo com supracitada lei, na aquisição de serviços até ao valor de 75 000 euros o tipo de procedimento adoptado é o ajuste directo - alínea a) do nº1 do art. 20º.

Face ao exposto, entendem os Vereadores do Partido Socialista votar contra a proposta apresentada, sendo certo que não está em causa, nem a idoneidade, nem a competência, nem a estrutura organizativa da Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão.

Santa Comba Dão, em 30 de Agosto de 2011

Os Vereadores do Partido Socialista





Santa Comba Dão

Declaração de voto

Assunto: Proposta de Protocolo – Programa de Generalização do Ensino de Inglês entre a Câmara Municipal de Santa Comba Dão e a Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão.

- Considerando que o texto do presente protocolo configura, de facto, uma aquisição de serviços, constituindo por isso uma ilegalidade à luz do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n° 18/2008, de 29 de Janeiro.
- De facto, de acordo com supracitada lei, na aquisição de serviços até ao valor de 75 000 euros o tipo de procedimento adoptado é o ajuste directo - alínea a) do n°1 do art. 20°.

Face ao exposto, entendem os Vereadores do Partido Socialista votar contra a proposta apresentada, sendo certo que não está em causa, nem a idoneidade, nem a competência, nem a estrutura organizativa da Associação de Profissionais de Desporto e Educação Física de Santa Comba Dão.

Santa Comba Dão, em 30 de Agosto de 2011

Os Vereadores do Partido Socialista